



LUÍS AUGUSTO SANZO BRODT
FLÁVIA SIQUEIRA

[Orgs.]

LIMITES AO PODER PUNITIVO:

DIÁLOGOS NA CIÊNCIA PENAL CONTEMPORÂNEA

D'PLÁCIDO
EDITORA

Limites ao poder punitivo: diálogos na ciência penal contemporânea

Luís Augusto Sanzo Brodt
Flávia Siqueira
[Orgs.]

Alessandra M. dos S. Pereira
Aléxia Alvim Machado Faria
Amanda Bastos Alves
Daniela de Freitas Marques
Eder Fernandes Santana
Evânia França Soares
Fernanda Otero Costa
Flávia Siqueira
Flávio da Silva Andrade
Francisco Nogueira Machado
Frederico G. de Almeida Horta
Guilherme de Sá Meneghin
Guilherme Rosa Pinho
Guilherme Saraiva Brandão
Jamilla Sarkis
Jéssica Oníria Ferreira de Freitas
João Henrique Bonillo
Luana M. de Araújo Cunha

Ludmila Corrêa Dutra
Luís Augusto Sanzo Brodt
Lurizam Costa Viana
Marcela de Castro Reis
Mona Lisa Marangoni
Mônica Fonseca A. Santos
Nayara Lacerda Rodrigues Silva
Pedro Paulo da Cunha Ferreira
Rafael Barros B. da Silveira
Renata Rodrigues de Pádua
Ricardo Sontag
Rodrigo Iennaco de Moraes
Rodrigo Sánchez Rios
Sophia Pires Bastos
Steevan Tadeu Soares de Oliveira
Tatiana Maria Badaró Baptista
Túlio Vianna
Victor Cezar R. da Silva Costa



D'PLÁCIDO
E D I T O R A

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Os Autores.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Leticia Robini de Souza

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva
Christiane Moraes de Oliveira
Leticia Robini de Souza

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

BRODT, Luis Augusto Sanzo; SIQUEIRA, Flávia [Orgs.]
Limites ao poder punitivo: diálogos na ciência penal contemporânea -- Belo Horizonte:
Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia
ISBN: 978-85-8425-234-3

1. Direito. 2. Direito Penal 3. Criminologia. I. Título. II. Direito

CDU343

CDD341.5

Sumário

Apresentação **11**

PARTE I. DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO

Capítulo 1 **15**

Sobre o conceito e as classes das leis penais em branco e dos elementos em branco das leis penais

Frederico Gomes de Almeida Horta

Capítulo 2 **49**

Delitos de atividade e princípio da confiança: uma análise acerca da possível aplicação de critérios normativos de imputação objetiva nos crimes formais e de mera conduta

Flávia Siqueira

Capítulo 3 **73**

As fronteiras do Direito Penal e do Direito Administrativo sancionador: um ensaio sobre os critérios de distinção entre crime e infração administrativa

Tatiana Maria Badaró Baptista

Capítulo 4 **103**

As repercussões político-criminais dos modernos fenômenos expansivos: alguns aspectos importantes sobre o papel do Princípio da Precaução em face do limite da responsabilidade penal pelo resultado imprudente

Pedro Paulo da Cunha Ferreira

Capítulo 5 **133**

O crime organizado no século XXI: o funcionamento e nova estrutura das organizações criminosas como um desafio ao Direito Penal

Guilherme de Sá Meneghin

Capítulo 6 **163**

Autoria e participação no âmbito da criminalidade organizada

Lurizam Costa Viana

Capítulo 7 **191**

Criminal compliance em lavagem de dinheiro: uma introdução conceitual e regulamentar

Luís Augusto Sanzo Brodt

Aléxia Alvim Machado Faria

Capítulo 8 **241**

Reflexões sobre os instrumentos de consenso na defesa da concorrência: Acordo de Leniência e Termo de Compromisso de Cessação de Prática Antitruste

Flávio da Silva Andrade

Capítulo 9 **275**

Do bem jurídico no crime de lavagem de dinheiro: da proteção à ordem econômica ao controle de tráfego do patrimônio

Luís Augusto Sanzo Brodt

Renata Rodrigues de Pádua

Capítulo 10 **311**

O bem jurídico penalmente tutelado pelos crimes contra a dignidade sexual

Alessandra Margotti dos Santos Pereira

Capítulo 11 **339**

A proteção penal dos direitos da personalidade post-mortem:
uma discussão acerca dos crimes contra o respeito aos mortos

Victor Cezar Rodrigues da Silva Costa
Rodrigo Sánchez Rios

Capítulo 12 **365**

Exibição do suspeito preso à imprensa como atenuante inominada da pena

Rodrigo Iennaco de Moraes
João Henrique Bonillo
Mona Lisa Marangoni
Nayara Lacerda Rodrigues Silva
Sophia Pires Bastos

PARTE II. CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL

Capítulo 13 **389**

Execrando suspeitos para atrair audiência: o uso de concessões públicas
de TV para a prática de violações do direito constitucional à imagem

Túlio Vianna
Jamilla Sarkis

Capítulo 14 **411**

O menor infrator como outro: etiqueta, desvio e símbolo

Marcela de Castro Reis

Capítulo 15 **439**

O jovem infrator pensa: internação, responsabilidade e crítica da
alteração da inimizabilidade

Eder Fernandes Santana

Capítulo 16 **463**

No princípio, era o crime

Evânia França Soares

Capítulo 17 **483**

Criminologias, drogas e proibições

Guilherme Saraiva Brandão

Capítulo 18 **513**

A teoria da associação diferencial e o crime do colarinho branco: as contribuições de Sutherland e a sociedade da segunda modernidade
Renata Rodrigues de Pádua

Capítulo 19 **547**

Por trás da máscara: o caso das leis antimáscaras e o impulso legislativo no Brasil
Steevan Tadeu Soares de Oliveira

Capítulo 20 **569**

A Utopia, a Loucura e o Direito: as narrativas quixotescas
Daniela de Freitas Marques
Fernanda Otero Costa

Capítulo 21 **589**

A seletividade do direito penal e a teoria da co-culpabilidade
Rafael Barros Bernardes da Silveira

PARTE III. PERSPECTIVA HISTÓRICA E CRÍTICA DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Capítulo 22 **609**

Penitenciárias público-privadas: o novo capítulo da história da execução da pena no Brasil
Amanda Bastos Alves

Capítulo 23 **627**

A gestão penal da pobreza no curso da história: das origens da penitenciária às crises contemporâneas
Francisco Nogueira Machado

Capítulo 24 **645**

“Casas para elles destinadas”: “loucos criminosos”, o artigo 12 do código criminal brasileiro de 1830 e a questão dos antecedentes das medidas de segurança
Ricardo Sontag

PARTE IV. O MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO PENAL

Capítulo 25 **675**

Crise da justiça criminal e admissão de espaços de oportunidade no processo penal brasileiro: a proposta do plea bargaining
Jéssica Oníria Ferreira de Freitas

Capítulo 26 **691**

Sentença de Impronúncia e Verdade Real: Do Fundamento à Inconstitucionalidade
Luana Magalhães de Araújo Cunha

Capítulo 27 **711**

A confissão e a delação premiada como método investigativo: uma releitura de técnicas medievais
Ludmila Corrêa Dutra

PARTE V. A INQUISIÇÃO E A IDEOLOGIA DO PROCESSO PENAL

Capítulo 28 **737**

Inquisição e método: observações iniciais para uma pesquisa em história do direito
Guilherme Rosa Pinho

Capítulo 29 **751**

Os processos do tribunal do santo ofício à luz dos ensinamentos de Cesare Beccaria
Mônica Fonseca Almeida Santos

Apresentação

O presente volume, trazido ao mercado editorial pela prestigiada Editora mineira D'Plácido, não somente agrupa artigos acadêmicos de notáveis professores e de dedicados mestrandos e doutorandos. Antes disso, reúne uma mostra significativa do pensamento jurídico-penal da Vetusta Casa de Afonso Pena.

Todos que contribuíram para a presente obra têm, em última análise, uma relação estreita com a Faculdade de Direito da UFMG. São professores, mestrandos e doutorandos que comungam um ideal, isto é, de que o Direito Penal, como ciência conjunta, não pode se render aos discursos fáceis, às manipulações midiáticas, à sanha punitiva, ao desprezo da pessoa humana, entre inúmeros outros vícios que ameaçam uma identidade democrática do *ius puniendi* estatal.

A ideia de limitação e diminuição do Estado penal é o fio condutor das ideias aqui apresentadas. Como bem lembrado por Claus Roxin, o Direito Penal é o “*remédio sancionador extremo*”¹ do ordenamento jurídico, que somente é chamado a atuar quando os outros ramos do direito se mostrem insuficientes ou fracassem em sua missão primordial.

Reforça-se aqui ser o papel da doutrina o de se esforçar para que o direito penal proteja a liberdade pessoal acima de qualquer outro valor². A privação da liberdade deve ser excepcional e, como tal, os princípios liberais e os direitos fundamentais inerentes à pes-

¹ ROXIN, Claus. *Iniciación al derecho penal de hoy*. Trad. Francisco Muñoz Conde e Diego Manuel Luzón-Peña. Sevilla: Universidade de Sevilla, 1981, p. 31.

² ROXIN, Claus. *Evolución y modernas tendencias de la Teoría del Delito en Alemania*. Trad. Miguel Ontiveros Alonso. Cidade do México: Ubijun Editorial, 2008, p. 19.

soa humana devem funcionar como limitação à ingerência estatal. Todos que aqui colaboraram pensam um modelo de direito penal que engendre barreiras à punição desenfreada e irracional.

A ideia dessa obra surgiu no âmbito do Grupo de Pesquisa “Dogmática Penal e Política Criminal”, coordenado pelo Prof. Dr. Luís Augusto Sanzo Brodt. No entanto, supera seus limites, na medida em que abarca contribuições que tem por objeto temas de Criminologia e o Processo Penal.

Os autores que contribuíram ao presente livro, portanto, estão incluídos em quatro diferentes áreas de estudo do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG: I) *Direito Penal Contemporâneo*; II) *O modelo constitucional de Processo Penal*; III) *A inquisição e a ideologia do Processo penal*; e IV) *Direito Penal, Filosofia do Direito e Interdisciplinaridade* (anteriormente denominado *Ciências Penais e direito ao próprio corpo*).

Espera-se, por fim, que essa obra sirva para não fazer esquecer à comunidade jurídica da enorme e importante contribuição do Departamento de Direito e de Processo Penal da UFMG às Ciências Penais.

Não poderíamos deixar de registrar nesta apresentação um especial agradecimento ao editor Plácido Arraes que desde a ideia inicial se dispôs com prontidão e interesse a encampar este projeto de publicação.

Belo Horizonte, novembro de 2015.

Prof. Dr. Luís Augusto Sanzo Brodt
Doutoranda Flávia Siqueira
Mestrando Victor Cezar Rodrigues da Silva Costa

A ideia de limitação e diminuição do Estado penal é o fio condutor das ideias aqui apresentadas. Como bem lembrado por Claus Roxin, o Direito Penal é o “remédio sancionador extremo” do ordenamento jurídico, que somente é chamado a atuar quando os outros ramos do direito se mostrem insuficientes ou fracassem em sua missão primordial.

Reforça-se aqui ser o papel da doutrina o de se esforçar para que o direito penal proteja a liberdade pessoal acima de qualquer outro valor. A privação da liberdade deve ser excepcional e, como tal, os princípios liberais e os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana devem funcionar como limitação à ingerência estatal. Todos que aqui colaboraram pensam um modelo de direito penal que engendre barreiras à punição desenfreada e irracional.